

NUNES (Maria Thetis). — *Sergipe no processo da Independência do Brasil.*
CADERNOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. Aracajú. 1973.

“Já agora desenrolava-se, em campos definidos, a luta pelo poder entre os senhores de terra. Formavam-se os partidos políticos e, como tão bem notou a argúcia de Felisberto Freire, ‘desstituídos do programa. Queriam ambos uma só causa: a posse do poder’. Os seus órgãos na imprensa nunca defenderam princípios e sim defeitos pessoais dos adversários”.

“Não se alterara a estrutura social sergipana no decorrer dos acontecimentos que se iniciaram em 1820, com o Decreto de D. João VI concedendo autonomia à província. Os interesses continuavam a gravitar em torno dos grandes senhores de terra, especialmente, dos senhores de engenho da Cotinguiba”.

“Mas ficara na população urbana uma tendência anti-portuguesa, responsável pela repercussão em Sergipe da Revolução Pernambucana de 1824, conhecida como Confederação do Equador. Também nela permanecerá um sentimento de rebeldia, especialmente, nas Câmaras Municipais extravasado nos acontecimentos da época regencial”.

São estas as conclusões a que chega Maria Thetis Nunes em seu trabalho publicado recentemente pela Universidade Federal de Sergipe. A obra, como a própria autora nos dá conta, resultou de conferência realizada em Brasília e diz ela

“pretende ser uma tentativa de interpretação de um capítulo da História de Sergipe”.

É trabalho modesto, mas repleto de colocações válidas e inteligentes. A autora procurou na documentação compulsada elementos esclarecedores da posição de Sergipe face ao “processo da independência do Brasil”. Nem sempre conseguiu atingir os seus objetivos e em muitos pontos deixou de aprofundar a análise, mas trouxe indiscutivelmente material para discussão, e pontos de vista de uma professora atuante nos meios universitários da capital sergipana.

Procura sempre mostrar o papel das Câmaras Municipais na formação de um sentimento de autonomia local e apoiando-se em Felisberto Freire faz suas as expressões que atestam

“um certo espírito liberal presidindo suas prerrogativas. Não obstante acharem-se ligados à ação central do governo, todavia uns visos de autonomia selavam suas atribuições. Seus membros e todos os oficiais eram delegados do povo, porque eles emanavam de eleição popular. Gozavam de independência em suas atribuições em que não podia inserir-se outras autoridades”.

Exatamente esse sentimento de autonomia é que vai explicar muito da participação das Câmaras Municipais nos acontecimentos que envolvem Sergipe no processo de Independência do Brasil.

O pequeno estudo compõe-se de oito partes, bem destacadas e insere uma Bibliografia consultada e oito documentos em anexos.

Trata-se de um trabalho útil e dos poucos que tem chegado até nós; dada talvez a dificuldade de comunicações entre as regiões brasileiras.

J. S. WITTER

* * *

*

TINHORÃO (José Ramos). — *Música popular: teatro & cinema*. Petrópolis, Editora Vozes, 1972. 288 páginas.

Nesta obra é focalizada pela primeira vez a relação entre “a música popular e dois de seus mais importantes veículos de divulgação, ao lado do disco, do rádio e da TV: o teatro de revista e o cinema”.

O levantamento baseou-se em pesquisa de toda a bibliografia disponível, pouco numerosa e rara, como também nas informações de jornais, revistas, e partituras antigas. As entrevistas com pessoas ligadas a teatro musicado e cinema forneceram um material fecundo e vivo, que o autor soube trabalhar com espírito crítico, captando processos sociais e opções dos indivíduos no decorrer de suas carreiras.

É o caso do compositor Hekel Tavares, “alto, elegante, dono de uma bela cabeleira que o tornaria na velhice a figura clássica do maestro”, falecido em 1969 e entrevistado pelo autor um ano antes de sua morte. Ressaltamos esse capítulo, dada a importância de Hekel não só no teatro musicado, mas também na canção brasileira. A certa altura da carreira, “já então consciente de que qualquer nova concessão o desviaria do seu caminho, Hekel Tavares vende corajosamente a sua casa da Gávea para continuar editando do próprio bolso a sua obra sinfônica”. O autor o considera injustiçado pela crítica erudita, mas compensado pelo sucesso popular, exemplificado na canção *Guacira*.

Alem desse capítulo, que destacamos particularmente pela importância do compositor no panorama da música brasileira e pelo tratamento crítico emprestado por José Ramos Tinhorão, muitos outros temas são abordados no mesmo nível de pesquisa e interpretação: a era das revistas, o advento do show, os músicos de revistas e a contribuição dos compositores ao teatro musicado: Freire Júnior, José Francisco de Freitas, José Barbosa da Silva (Sinhô), Henrique Vogeler, Eduardo Souto, Lamartine Babo, Ari Barroso.

O autor correlaciona as transformações do teatro de revista à ascenção e diversificação da classe média, que passa a exigir o espetáculo sofisticado e luxuoso.